

TEIXEIRA, T. T.; CUNHA, V. G.; MACHADO, J. Resenha de *Índio não fala só tupi – uma viagem pelas línguas dos povos originários no Brasil*. ReVEL, v. 22, n. 42, 2024. [www.revel.inf.br].

Resenha de *Índio não fala só tupi – uma viagem pelas línguas dos povos originários no Brasil*

Review on Indians do not just speak Tupi – a journey through the languages of original peoples in Brazil

Thomaz Torres Teixeira¹

Victória Goulart Cunha²

João Machado³

thomaztt1@gmail.com

victoriagcunha@gmail.com

joao.tengatui@gmail.com

Introdução

Publicado em 2020 pela editora 7Letras, sob organização de Bruna Franchetto e Kristina Balykova, a obra *Índio não fala só tupi – Uma viagem pelas línguas dos povos originários no Brasil* apresenta aos leitores a diversidade linguística existente no território nacional, com o objetivo de “chamar atenção para a riqueza linguística que ainda existe no Brasil” (Franchetto e Balykova 2020: 11). Para alcançar o objetivo da obra, o livro é composto por 17 capítulos, nos quais são apresentados povos e línguas de diversas partes do país e diferentes famílias linguísticas.

O título da obra traz uma provocação sobre o uso das palavras “índio” e “tupi”, pois são termos que apagam a diversidade dos povos originários e o multilinguismo do Brasil. As organizadoras apontam que há um total de 150 línguas que ainda

¹ Mestrando em Estudos da Linguagem; Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

² Mestranda em Estudos da Linguagem; Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

³ Doutorando em Estudos da Linguagem; Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

sobrevivem no Brasil (um número muito menor do que no período colonial). As pesquisas trazidas na obra trabalham com a documentação das línguas e preservação da cultura e dos costumes dos povos indígenas. Algumas, ainda, com a revitalização, ou seja, a retomada de uma língua ancestral a partir de línguas aparentadas, por pesquisa ou por atividades culturais e recreativas que envolvam a língua. Assim, os estudos organizados na obra são importantes para a preservação e a valorização das línguas e modos de vida dos povos indígenas. A língua é a identidade de cada povo: por exemplo, para o povo Guarani-Kaiowa, a língua é vida, alma e espírito, transcende o mundo terrestre para o espaço celeste; assim, a língua é pássaro alma (Machado e João 2022).

1. A obra

No primeiro capítulo, “A língua hup e a sabedoria das estrelas”, de Patience Epps, somos apresentados aos Hupd’äh, povo com cerca de 2.000 falantes que vivem na região do Alto Rio Negro. Sua língua é preservada nas coleções de histórias, músicas, conversas e outros registros, em que se percebe um profundo conhecimento sobre onde vivem. No texto, as autoras apresentam esse conhecimento através da descrição apurada que o narrador indígena faz de constelações.

No capítulo são analisadas diversas marcas linguísticas da língua hup, como os verbos complexos (compostos por mais de uma raiz verbal) e os classificadores, com a função primária de dar nomes a objetos novos do mundo não indígena (**b’òy-k’et** – “aprender/ensinar-folha” = livro escolar). No que diz respeito à temporalidade, o sufixo **-tëg** marca futuro, enquanto presente e passado são marcados por advérbios/contexto. Também se encontra aspecto (contínuo, recém iniciado, finalizado ou iterativo) e evidenciais (marcas da fonte das informações) nessa língua.

O capítulo “A língua kotiria e a gramática do Curupira”, de Kristine Stenzel, trata dos kotiria e de sua língua. Cerca de 2000 pessoas fazem parte desse povo, no noroeste amazônico. O capítulo traz uma história tradicional sobre o Curupira narrada por um Kotiria, em que há um confronto entre seres humanos e os seres da floresta. A partir dessa narrativa, investigou-se algumas ferramentas gramaticais utilizadas pelos kotiria, como as maneiras de expressar espaço e movimento. Diferente de línguas como o português, a língua kotiria não tem preposições,

portanto, para expressar a ideia de localização, acrescenta-se os sufixos **-i** (perto) e **-pu** (distante/imaginado/espaco narrativo) a palavras que representam lugares. Cabe destacar que esses sufixos podem ser manipulados durante uma narrativa para mudar a perspectiva da narraçao. Outra ferramenta linguística são os verbos que indicam movimento, como **mu'tua**, que significa “movimentar-se em fila”, e muitos desses verbos de movimento podem sofrer serializaçao.

Além disso, há o sufixo frustrativo **-ma**, o qual indica que um plano ou atividade não deu certo. Na narrativa do capítulo, um casal sai para uma caçada, mas não encontra animais, então esse sufixo nos é apresentado: “wa'ikina wãhano wa'amano” (enquanto ia caçar “sem sucesso”). O último elemento linguístico da língua kotiria apresentado no capítulo é o sufixo de “mudança de sujeito”, que ocorre em sentenças complexas, como as formas por subordinação. Se em uma sentença complexa ambas orações têm o mesmo sujeito utiliza-se o sufixo **-nu** nos verbos. Por outro lado, se há mudança de sujeito, utiliza-se o sufixo **-chu**. Esses elementos são importantes para situar a plateia que escuta uma narrativa com vários personagens. A exploração de narrativas tradicionais nos introduz à cultura do povo kotiria e mostra como há riquezas no discurso cotidiano dos falantes.

No capítulo “Uma língua para muitos povos: o caso da língua geral”, de Aline da Cruz, a autora desmistifica algumas questões atreladas às línguas indígenas. Uma delas é que no Brasil falava-se apenas tupi ou tupi-guarani. Esse mito pode ter se espalhado pelo uso mais geral do tupinambá (chamado de tupi) na costa do país e pela língua ter sido difundida por outras partes do país por indígenas capturados e por portugueses. Essa língua tinha diversas variedades, como o tupinambá, falado no Maranhão, e o tupiniquim, em São Paulo.

A autora nos apresenta ainda o nheengatu, língua indígena falada na região do Alto Rio Negro e com cerca de 6 mil falantes. Essa língua é descendente do tupi e carrega algumas de suas características, como a predominância de posposições, prefixos que transformam substantivos em verbos, e a não marcação de tempo por advérbios. Entretanto, há no nheengatu influências do português no léxico (**ate** ~ até / **porke** ~ porque) e na gramática (concordância entre o verbo e o sujeito). Assim, a autora conclui que os termos “tupi” e “tupi-guarani” não se referem a uma língua, mas a um grupo de línguas aparentadas. Logo, não se pode reduzir o multilinguismo do Brasil a frases como “os índios falavam tupi-guarani”.

O capítulo “O valor da informação na língua sanöma”, de Joana Autuori e Helder Perri Ferreira, fala sobre o povo sanöma. A sua língua é falada por cerca de 4.600 pessoas nas fronteiras de Brasil e Venezuela. O capítulo trata da “evidencialidade”, ou seja, as marcas que indicam como um falante obteve uma informação. Em sanöma, como em diversas línguas indígenas, há palavras específicas para indicar a fonte da informação: **ki** para eventos presenciados pelo falante; **tha** para eventos não testemunhados pelo falante, mas que ouviu de uma 3ª pessoa; **noa** para informações inferidas pelo falante a partir de evidências. Há ainda a opção de não marcar a fonte de informações, sem usar os elementos evidenciais, algo comum nos relatos mitológicos narrados na comunidade.

No capítulo “em, sobre, embaixo: posposições na língua tiriyo”, de Sergio Meira de Santa Cruz Oliveira, somos apresentados à língua tiriyo, falada por cerca de 2000 pessoas no Brasil e no Suriname. Diferentemente do português, elementos como “de” e “para” costumam vir depois do nome na língua tiriyo, ou seja, é uma língua que utiliza mais posposições do que preposições. As posposições na língua tiriyo apresentam tanto sufixos (plural – **kĩ-pë-këene** – ‘sobre nós todos’) quanto prefixos (substituição de pronome: **i-pë** ~ sobre ele) ou prefixo recíproco (**nëturujan to ëi-pë** – eles estão falando **um do outro**). Em comparação, algumas posposições do tiriyo apresentam significados semelhantes às do português, como **epoe** “acima de”, mas outras não, como **pë** “aderido, grudado a” ou **hkao** “em líquido”. Isso nos dá uma noção de como as línguas variam em um contexto multilíngue como o do Brasil.

O sexto capítulo, de Glauber Romling da Silva, trata do **kheuól** do Uaçá falada pelos povos indígenas Galibi-Marworno e Karipuna em Oiapoque (AP), na fronteira com a Guiana Francesa. Essa língua crioula nasceu do contato entre os africanos sequestrados e de seus raptos, os franceses. Logo, há uma grande influência do francês, especialmente no léxico, em que o francês foi a língua lexificadora. Já as gramáticas das línguas crioulas surgem com a primeira geração de crianças, as quais escutam as palavras de seus pais e criam as regras gramaticais a partir do *input*. Um dos exemplos do capítulo é sobre a ordem artigo ~ substantivo na língua, já que os artigos definidos do **kheuól** (a casa ~ **kaz-la**) vêm depois do substantivo, diferentemente do que ocorre no francês (a casa ~ **la maison**). É provável que essa ordem derive das línguas africanas que eram as línguas maternas dos primeiros

falantes de kheuól. Nos últimos anos, o kheuól vem perdendo espaço para o português e se tornando uma língua de identidade, mas cabe destacar a importância do estudo dessa língua crioula para o entendimento da diversidade linguística do Brasil, pois “podemos dizer que a língua indígena é a língua falada por indígenas” (da Silva, G.R. 2020: p.102).

No capítulo “Incorporando nomes e verbos em tupinambá e guarani mbyá”, de Marcia Damaso Vieira, a autora trata da incorporação de nomes e verbos no tupinambá e no guarani-mbyá. Com base na documentação dessas línguas, a autora analisou alguns dos seus aspectos gramaticais. O primeiro deles é que ambas as línguas são aglutinantes e que, na comparação com o português, a ordem das palavras em uma oração não é rígida, podendo o objeto se posicionar tanto antes quanto depois do verbo. Outra propriedade dos verbos nessas línguas é conter informações sobre o sujeito e o objeto, o que possibilita a omissão desses elementos em uma frase. A autora cita ainda a negação expressa no verbo de maneira descontínua; a existência de marca para futuro só no guarani mbyá; marcas que indicam pertencimento; e substantivos (nomes) no futuro/passado. Podemos citar ainda que, na língua Guarani, não há marcação de número (plural/singular) e, quando necessário, se utiliza o léxico **heta** para citar várias coisas. Também não há marcação de gênero (masculino /feminina) e utiliza-se as palavras **kuña** e **kuimbá** para marcar “mulher” e “homem” respectivamente. Por fim, não há artigos e, em seu lugar, temos o uso de numerais.

O fenômeno da incorporação se dá quando uma palavra deixa de ser independente e incorpora-se a outra. No tupinambá, muitos verbos podem incorporar seus objetos diretos e alguns verbos que não possuem objetos podem incorporar seus sujeitos. Entretanto, numerais ou pronomes demonstrativos que acompanham o elemento incorporado seguem independentes. Já no guarani-mbyá, poucos verbos podem incorporar seus objetos diretos. Além disso, apenas nomes que se referem a partes do corpo, termos de parentesco e o nome **ao** (que significa ‘roupa’) podem passar pelo processo de incorporação.

Outros aspectos dignos de nota são: a utilização dos prefixos **je-** ou **j-** antes do objeto incorporado quando o sujeito e o possuidor são a mesma pessoa (xee a-**je**-pykxĩ ~ “eu cortei meu pé”), a possibilidade de verbos incorporarem outros verbos e/ou seu objeto ao mesmo tempo. Tais características fazem com que os verbos com

incorporação representem frases inteiras, como a palavra tupinambá **nd'ïainheengendu'potari**, que significa não 'queremos ouvir a voz dele'. Esse é mais um dos fenômenos fascinantes que mostram as possibilidades da linguagem humana.

No oitavo capítulo, escrito por Filomena Sandalo, o foco é no povo Kadiwéu, conhecidos por serem indígenas cavaleiros e guerreiros e por terem uma formação de sociedade hierárquica. As narrativas desse povo retratam histórias de coragem, emboscadas e traições. Foi de um corpus dessas narrativas que se analisou algumas características linguísticas desse povo. Uma delas é que não há artigos definidos ou indefinidos, mas há classificadores numerais, como a palavra **ijo** que serve para singularizar um substantivo (**ijo** apoliceGanaGa ~ **um/o** cavalo). São seis classificadores numerais em kadiwéu, os quais, além da singularização, carregam informações sobre posição e movimento dos substantivos. A não utilização desses classificadores pode indicar plural, mas essa não é a única maneira de pluralizar nessa língua, pois é possível utilizar sufixos para isso. A marcação de sufixos de plural pode ocorrer de três formas: (a) sufixo plural só no classificador e não no substantivo, que indica um grupo de seres ou objetos homogêneo; (b) sufixo plural só no substantivo e não no classificador, que indica um grupo de seres ou objetos não homogêneo; e (c) sufixo plural no classificador e no substantivo, que indica que os seres ou objetos não são vistos como um grupo, mas como vários objetos ou vários seres separados. Esse fato linguístico é muito interessante, pois não há classificadores numerais no português; mesmo que possam ser traduzidos artigos, esse fenômeno apresenta uma outra forma de ver o mundo.

A família linguística aruák tem diversas línguas, como kinikinaua, falada nas margens do Rio Paraguai nas regiões do município de Porto Murtinho e Corumbá e o terena, falada em 15 TI espalhadas pelo Mato Grosso do Sul e São Paulo. No capítulo "Terena: uma língua aruák", de Fernando O. de Carvalho e Aronaldo Júlio, o foco é na língua terena, com aproximadamente 25.000 indivíduos. Algumas características mencionadas da língua terena são: grande complexidade verbal; incorporação nominal; sufixo de plural, mas só quando não está claro pelo contexto; adjetivos que não variam em gênero; palavras **hóyeno** (homem) ou **sêno** (mulher) para marcar o gênero dos substantivos; substantivos que indicam pertencimento; e sufixos para

expressar relações locativas. Essas marcas linguísticas apontam para a importância da investigação dos fenômenos nas línguas indígenas.

O décimo capítulo, de Hein van der Voort, trata do povo e da língua kwazá. Há cerca de 50 pessoas dessa etnia em TIs em Rondônia, das quais metade fala a língua Kwazá. Apesar do número pequeno de falantes e do kwazá ser uma língua isolada (única língua em uma família linguística), o povo Kwazá não é um povo isolado e alguns falam diversos idiomas, incluindo o português. Portanto, o kwazá é uma língua isolada porque, comparando palavras básicas do seu léxico, não se encontram similaridades com outras línguas.

Ainda, o autor nos apresenta a narrativa “A onça que virou homem”, a partir da qual diversas marcas linguísticas são apontadas: o tamanho das palavras, muito mais compridas em kwazá do que em português, pois há palavras complexas; sufixos classificadores, que servem para fornecer detalhes, como formato e estado (**kawe** (café) ~ **kawem**Ũ (café líquido)). Com isso, vemos que a preservação de línguas isoladas como kwazá é relevante para o avanço das pesquisas linguísticas, pois há mecanismos linguísticos, muitas vezes, únicos que ajudam a entender o funcionamento das línguas naturais. Além disso, é importante manter viva a cultura desses povos.

No capítulo “Alguns tesouros da língua tupari”, de Adam Roth Singerman, conhecemos os Tupari, que habitam a TI Rio Branco e a TI Rio Guaporé (RO) em um contexto multiétnico com outros povos indígenas. Na gramática tupari, algumas características se destacam, como palavras para marcar o passado, a presença de evidenciais, mas, principalmente, as diferentes marcas linguísticas utilizadas por cada gênero. Os homens e as mulheres necessitam utilizar partículas diferentes para responder determinadas perguntas, para se referir a determinado grau de parentesco etc., algo comum nas línguas indígenas e muito marcante nas suas culturas.

No capítulo seguinte, escrito por Joshua Birchall, somos apresentados à língua wari’, falada por cerca de 400 pessoas no estado de Rondônia. O autor traz o relato pessoal de um ancião que, ao sair para caçar, encontrou uma onça parda. Ao analisar as partes da história, percebe-se que essa é uma língua com a ordem Verbo-Objeto-Sujeito. Em relação aos substantivos, há três gêneros gramaticais: **-kon** para masculino; sufixo **-kam** para feminino; e sufixo **-in** para neutro. Também é percebido que há mais de uma maneira de expressar o sujeito e o objeto das frases, ou

usando substantivos, ou usando partículas. Por exemplo, na frase “**wa’ in-on**”, **wa’** significa “admirar” e a partícula **in-on** significa que o sujeito é a 1ª pessoa do singular e objeto é a 3ª pessoa do singular, logo o significado da frase seria “(Eu) Fiquei admirando-a”. A partir da narrativa, tivemos a oportunidade de vislumbrar um pouco da diversidade linguística da Amazônia.

Já no capítulo “Yawanawa: uma língua da família pano”, de Livia Camargo Souza, somos apresentados aos Yawanawa, povo pano que reside na TI Rio Gregório (AC). Em termos linguísticos, a língua se destaca pelas muitas formas de expressar o passado (expressões ou sufixos), pelos prefixos para partes do corpo (qual parte do corpo recebeu a ação) e pelas várias formas e funções das conjunções (a conjunção varia se o sujeito da primeira oração é diferente do sujeito da segunda oração). O autor aponta que tais características, embora não estejam presentes no português, fazem parte da gramática de diversas línguas não aparentadas, o que mostra que esses mecanismos linguísticos não devem ser considerados nem raros, nem “exóticos”.

No capítulo “Trumai: uma língua isolada no Brasil central”, de Raquel Guirardello-Damian, conhecemos a língua Trumai, falada no Território Indígena do Xingu (MT). Essa é uma língua isolada com cerca de 100 falantes. Adentramos nas tradições desse povo a partir de uma transcrição de uma gravação em que um trumai explica como fazer a dança Takwara, tradição antiga em que os homens tocam flautas longas e dançam.

A análise do texto traz várias características linguísticas do trumai. A primeira delas é que a expressão de número com três categorias distintas: singular, com a marca zero (**kiki** ~ “homem”); dual, com a palavra **a** (**kiki a** ~ “dois homens”); e plural, com a palavra **wan** (**kiki wan** ~ mais de dois homens). Os quantificadores também apresentam comportamento diferente de línguas como português, pois há distinção entre elementos contáveis e não contáveis na hora da escolha do quantificador. Outra marca interessante é a palavra **ma** seguida de um verbo, a qual atribui uma noção de convite para a ação. A autora destaca que toda a língua merece ser objeto de estudo para que possa ser documentada e revitalizada, mesmo que haja poucos falantes; isso leva ao fortalecimento pessoal, intelectual e educacional dos povos originários e também ao enriquecimento histórico e humanístico de todos.

No capítulo “Por dentro das palavras kuikuro”, de Gélsama Mara Ferreira dos Santos e Bruna Franchetto, conhecemos a língua kuikuro, falada por cerca de 700 pessoas no Território Indígena do Xingu (MT). Em termos linguísticos o kuikuro se diferencia bastante do português, com a ausência de artigos e de marcas de gênero. Há formas diferentes para expressar um nós inclusivo (eu e tu) e um nós exclusivo (eu e outro, mas sem você) e a ordem básica de uma frase é Objeto-Verbo-Sujeito, caso o verbo seja transitivo, e Sujeito-Verbo, caso o verbo seja intransitivo. Assim como em outras línguas indígenas da obra, no kuikuro há a junção de diversas raízes, sufixos ou prefixos para formar uma palavra. As autoras ainda mostram que há sufixos que marcam os aspectos verbais e prefixos e/ou sufixos que modificam a transitividade de um verbo para que se adeque a determinada frase. Assim, Santos e Franchetto (2020) nos apresentam uma organização linguística diferente da do português, muito baseada na concatenação de morfemas.

O penúltimo capítulo, de Cristiane Oliveira, é sobre o povo iny, que chamam sua língua de inyrybè, a qual possui as variantes karajá, javaé e xambioá. A variante investigada no estudo foi a karajá, a qual tem cerca de 3.000 falantes nas Terras Indígenas do Araguaia (TO). Um fato interessante da língua é que homens e mulheres falam certas palavras de forma diferente: na fala da mulher, há uma consoante [k] inserida entre duas vogais (tucunaré ~ waura ou wakura). A narrativa trazida no capítulo continha a variante feminina, pois era uma história sobre as mulheres que namoravam com o jacaré que foi contada por uma mulher.

Na língua karajá, há elementos da língua que são importantes para a construção textual das narrativas. Primeiro, uma característica presente em diversas línguas indígenas, as marcas evidenciais. Segundo, os verbos com ou sem direção marcada. Os verbos iniciados pelo prefixo [r] não tem direção marcada, ou seja, a fala não foi dirigida àquele que estava contando a história. Já o prefixo [n] indica que são verbos com direção marcada, ou seja, a fala foi direcionada àquele que estava contando a história. Essas ferramentas linguísticas permitem focalizar em personagens da história. Portanto, os gêneros exclusivos da fala podem conter elementos linguísticos específicos que contribuem para entender a complexidade de uma língua indígena e para a imersão em diferentes culturas. Assim, o estudo das narrativas e outros textos orais no karajá e em outras línguas indígenas se mostram de extrema relevância.

No último capítulo, de Suzi Lima, nos deparamos com estudos acerca do processo de aprendizagem dos numerais nas crianças e como os povos Pirahã, Kawaiwete, Munduruku e Yudja lidam com esses elementos da gramática. No caso dos Pirahã, os resultados de Peter Gordon e Daniel Everett indicam que havia três expressões para numerais (**hói** – um, **hoí** – dois e **baagiso** – muitos, na visão de Gordon) ou que não havia expressões para numerais exatos (na visão de Everett). Em estudo mais recente, de Michael Frank (2008), o autor chegou ao resultado que, apesar da ausência de palavras para numerais exatos, esse conceito existe na língua.

Na língua munduruku, de acordo com Pierre Pica, os indivíduos utilizam expressões para os numerais de 1 a 5 para se referir a diversas quantidades. Os munduruku também têm facilidade de fazer contas com números elevados e possuem conhecimento geométrico, mesmo sem um léxico relacionado. Na língua kawaiwete, o número máximo expresso nos numerais é 20 (os números de 1 a 4 não podem ser divididos em partes menores) e alguns são formados por meio de reduplicação. Na língua yudja, os numerais de 1 a 4 são palavras simples e os demais são formados por mais de uma palavra e incluem termos para partes do corpo. Após outras análises, a autora finaliza apontando que os estudos sobre numerais, contagem e medida, em línguas indígenas, têm muito potencial e lança luz sobre a necessidade de se entender a relação entre a gramática e as estratégias para contar e medir.

2. Considerações finais

Embora cada capítulo tenha abordado línguas e fenômenos diferentes, todos evidenciam a importância dos estudos das línguas indígenas. Os capítulos ajudam a compreender que cada língua indígena tem seu sistema de funcionamento e que não necessariamente será próximo ao português, são exemplos disso: os evidenciais, a serialização, os classificadores, as posposições etc. Esses estudos contribuem para o avanço das pesquisas linguísticas e para a compreensão de que não existem línguas menos desenvolvidas ou evoluídas, são apenas sistemas diferentes que emergem das demandas socioculturais de cada povo. Ainda, a obra *Índio não fala só tupi – Uma viagem pelas línguas dos povos originários no Brasil* ajuda a enfrentar o apagamento do multilinguismo e do caráter multiétnico do nosso país.

Além disso, as narrativas e outros textos orais se mostram uma excelente fonte de dados para a investigação dos fenômenos linguísticos e para contextualizá-los dentro das diferentes culturas apresentadas, sendo apresentados a nomes de lugares, de seres da natureza, objetos, alimento típicos, antroponímia e toponímia. Portanto, com o percurso pelos 17 artigos que a compõem, a obra alcança seu objetivo de vislumbrar um pouco da diversidade linguística presente no Brasil e ainda ajuda a manter viva a cultura de povos indígenas. Por fim, cabe destacar que a leitura é recomendada para os mais diversos públicos, de falantes de línguas dos povos originários ao público em geral, levando ao fortalecimento dos povos indígenas e ao enriquecimento histórico, cultural e humanístico de todos.

Referências Bibliográficas

FRANCHETTO, Bruna; BALKOVA, Kristina (org.). *Índio não fala só tupi: uma viagem pelas línguas dos povos originários no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2020. 249 pp.

MACHADO, João; JOÃO, Izaque. As origens da nossa fala, a língua Guarani-Kaiowá. *In: AUGUSTO ROSSOTTO IORIS, Antônio; MARQUES PEREIRA, Levi; DARI GOETTERT, Jones (org.). Guarani e Kaiowá: modos de existir e produzir territórios*. Curitiba: Appris, 2022. p. 31-44.